



Divórcio - Finlândia

 O texto desta página na língua original  foi recentemente alterado. A tradução deste texto para português está em curso.

ÍNDICE

- 1 Quais são as condições para obter o divórcio?
- 2 Quais são os motivos para requerer o divórcio?
- 3 Quais são os efeitos jurídicos do divórcio no que se refere a:
 - 3.1 relações pessoais entre os cônjuges (por exemplo, apelidos)
 - 3.2 partilha dos bens do casal
 - 3.3 filhos menores do casal
 - 3.4 obrigação de pagar alimentos ao outro cônjuge
- 4 O que significa, na prática, o conceito de «separação judicial»?
- 5 Quais são os motivos para a separação judicial?
- 6 Quais são os efeitos jurídicos da separação judicial?
- 7 O que significa, na prática, o conceito de «anulação do casamento»?
- 8 Quais são as condições para a anulação do casamento?
- 9 Quais são os efeitos jurídicos da anulação do casamento?
- 10 Existem meios extrajudiciais alternativos para resolver as questões relativas ao divórcio sem recorrer a tribunal?
- 11 Onde devo apresentar o pedido de divórcio/separação judicial/anulação do casamento? Quais são as formalidades a respeitar e quais os documentos que devem ser juntos ao processo?
- 12 É possível obter apoio judiciário para cobrir as custas do processo?
- 13 É possível recorrer da decisão de divórcio/separação judicial/anulação do casamento?
- 14 Como se pode reconhecer neste Estado-Membro uma decisão judicial de divórcio/separação judicial/anulação do casamento proferida por um tribunal de outro Estado-Membro da União Europeia?
- 15 A que tribunal me devo dirigir para contestar o reconhecimento de uma decisão de divórcio/separação judicial/anulação do casamento proferida por um tribunal noutro Estado-Membro da União Europeia? Qual é o procedimento aplicável nestes casos?
- 16 Qual é a lei aplicável numa ação de divórcio em que o casal não resida neste Estado-Membro ou cujos membros tenham nacionalidades diferentes?



1 Quais são as condições para obter o divórcio?

Os pedidos de divórcio são tratados pelos tribunais de comarca (*käräjäoikeus*). Um ou ambos os cônjuges podem, em conjunto, pedir o divórcio.

O divórcio pode ser concedido após um período de reflexão de seis meses. Não é necessário nenhum período de reflexão se os cônjuges tiverem vivido separadamente durante, pelo menos, dois anos antes do pedido de divórcio.

2 Quais são os motivos para requerer o divórcio?

Não é necessário enumerar, no pedido, os motivos pelos quais se requer o divórcio. Os tribunais de comarca não analisam as relações pessoais entre os cônjuges nem os motivos do pedido de divórcio. Ver questão 1.

3 Quais são os efeitos jurídicos do divórcio no que se refere a:

3.1 relações pessoais entre os cônjuges (por exemplo, apelidos)

Os cônjuges mantêm o apelido de casados depois do divórcio. Se o apelido tiver sido alterado na sequência do casamento, um cônjuge pode requerer a alteração depois do divórcio.

3.2 partilha dos bens do casal

A concessão do divórcio e a partilha dos bens são questões distintas. Depois da dissolução do casamento, os cônjuges podem chegar a acordo sobre a partilha dos bens ou solicitar a um tribunal que nomeie um executor. A regra geral é a divisão de todos os ativos dos cônjuges em partes iguais. Pode haver uma derrogação a esta regra geral com base num acordo antenupcial. A divisão também pode ser ajustada caso o resultado seja considerado pouco razoável. Os bens comuns do casal podem ser divididos logo após o início do período de reflexão.

3.3 filhos menores do casal

As questões relacionadas com a guarda, o modo de vida, a pensão de alimentos e os direitos de visita aos filhos menores, que os cônjuges têm em conjunto, podem ser decididas em conjunto com um pedido de divórcio. Ver «Guarda dos filhos – Finlândia» e «Pensões de alimentos – Finlândia».

3.4 obrigação de pagar alimentos ao outro cônjuge

Aquando da concessão de divórcio, o tribunal pode, mediante pedido, ordenar a um dos cônjuges o pagamento de uma pensão de alimentos ao outro se este pedido for considerado razoável (ver «Pensões de alimentos – Finlândia»). No entanto, estes pedidos são raros.

4 O que significa, na prática, o conceito de «separação judicial»?

O sistema jurídico finlandês não reconhece a separação judicial. Na prática, a separação significa que os cônjuges vivem separadamente em moradas diferentes.

5 Quais são os motivos para a separação judicial?

Ver pergunta 4.

6 Quais são os efeitos jurídicos da separação judicial?

Ver pergunta 4.

7 O que significa, na prática, o conceito de «anulação do casamento»?

Não existem disposições relativas à anulação do casamento na legislação finlandesa. No entanto, o Ministério Público deve pedir imediatamente a concessão imediata do divórcio assim que se tornar manifesto que os cônjuges são parentes próximos ou que um dos cônjuges já era legalmente casado no momento da celebração do casamento.

8 Quais são as condições para a anulação do casamento?

Ver pergunta 7.

9 Quais são os efeitos jurídicos da anulação do casamento?

Ver pergunta 7.

10 Existem meios extrajudiciais alternativos para resolver as questões relativas ao divórcio sem recorrer a tribunal?

Os pedidos de divórcio devem ser sempre apresentados nos tribunais de comarca. No entanto, a lei prevê que os cônjuges devem, em primeiro lugar, esforçar-se sempre por decidir todos os litígios familiares através da negociação e chegar a acordo;

para o efeito, os cônjuges podem solicitar a assistência de mediadores familiares dos serviços sociais locais (*sosiaalilautakunta*). Os tribunais de comarca também têm o dever de informar os cônjuges da existência de um serviço de mediação familiar à sua disposição. Os mediadores tentam ajudar os cônjuges a chegar a acordo quanto à resolução dos litígios familiares da maneira mais satisfatória possível para todos os membros da família. Os mediadores também podem assistir os cônjuges na elaboração de acordos e na iniciação de outros procedimentos de resolução de litígios. Os mediadores tem o dever especial de considerar os interesses dos filhos menores na família. A mediação é sempre voluntária.

11 Onde devo apresentar o pedido de divórcio/separação judicial/anulação do casamento? Quais são as formalidades a respeitar e quais os documentos que devem ser juntos ao processo?

Os cônjuges podem pedir o divórcio em conjunto ou um dos cônjuges pode pedir o divórcio individualmente. Para pedir o divórcio, deve ser apresentado um pedido de divórcio escrito a um tribunal de comarca da residência de um dos cônjuges. Os pedidos de divórcio podem ser apresentados pessoalmente ou através de representante autorizado. Os pedidos também podem ser enviados para o tribunal por correio, fax ou correio eletrónico.

12 É possível obter apoio judiciário para cobrir as custas do processo?

Encontra-se disponível apoio judiciário para os processos de divórcio (Ver «Apoio judiciário – Finlândia»).

13 É possível recorrer da decisão de divórcio/separação judicial/anulação do casamento?

As decisões de divórcio podem ser objeto de recurso para um tribunal de segunda instância (*hovioikeus*).

14 Como se pode reconhecer neste Estado Membro uma decisão judicial de divórcio/separação judicial/anulação do casamento proferida por um tribunal de outro Estado-Membro da União Europeia?

Regra geral, o reconhecimento de uma decisão de divórcio proferida noutro Estado-Membro baseia-se no Regulamento (CE) n.º 2201/2003 do Conselho. Ver «Divórcio – Direito da UE».

Ao abrigo deste regulamento, as decisões proferidas num Estado-Membro são reconhecidas noutro Estado-Membro sem necessidade de recurso a qualquer procedimento especial. No entanto, qualquer parte interessada pode requerer o reconhecimento ou o não reconhecimento da decisão.

Os pedidos de reconhecimento de decisões estrangeiras são tratados pelos tribunais de comarca.

No entanto, no caso de divórcios solicitados nos países nórdicos, aplica-se a Convenção Nórdica do Casamento de 1931. Os Estados-Membros da União Europeia vinculados por esta convenção são a Finlândia, a Suécia e a Dinamarca. Uma decisão de divórcio proferida nos termos da Convenção Nórdica do Casamento é válida em todos os países nórdicos, sem qualquer confirmação em separado.

15 A que tribunal me devo dirigir para contestar o reconhecimento de uma decisão de divórcio/separação judicial/anulação do casamento proferida por um tribunal noutro Estado-Membro da União Europeia? Qual é o procedimento aplicável nestes casos?

Procedimento descrito na pergunta 14.

16 Qual é a lei aplicável numa ação de divórcio em que o casal não resida neste Estado Membro ou cujos membros tenham nacionalidades diferentes?

A legislação finlandesa é aplicável a todos os processos de divórcio instaurados na Finlândia.

A manutenção da versão desta página na língua nacional é da responsabilidade do respetivo ponto de contacto para a Rede Judiciária Europeia. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão e a RJE declinam toda e qualquer responsabilidade relativamente às informações ou dados contidos ou referidos no presente documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.

Última atualização: 02/03/2018